



CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO EM CORUMBÁ/MS: ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

Rosa Alessandra Rodrigues Corrêa¹, Andressa Santos Rebelo²

Resumo: O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado na qual foi realizado um estudo sobre a Educação Especial nas escolas do campo por meio da análise de indicadores educacionais em Corumbá, município de Mato Grosso do Sul. Neste artigo, objetiva-se compreender a configuração da educação especial nas escolas do campo do município de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos adotados foram a consulta em documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e a análise dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP). Em relação às escolas localizadas no campo em 2018, sete delas possuem alunos público-alvo da educação especial, totalizando vinte e três alunos. Os resultados indicam que a educação especial nas escolas do campo do município, seja nos assentamentos rurais ou nas “escolas das águas” (escolas ribeirinhas que seguem um cronograma próprio respeitando os ciclos da cheias e secas do Pantanal) se realiza em condições precárias. Há uma invisibilidade principalmente a esse público nas escolas das águas que não recebem nenhum tipo de atendimento, e nos assentamentos rurais um número reduzido de alunos recebe algum tipo de Atendimento Educacional Especializado.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação do Campo; Indicadores Educacionais.

Abstract: This article is a master of research task in which was carried out a study about a special needs education of field schools through analysis of educational indicators in Corumbá, city of Mato Grosso do Sul. This article, the aim of understanding the configuration of special needs education of field schools at Corumbá city, Mato Grosso do Sul. The methodological procedures adopted were consultation on official of Basic Education micro-data (MEC/INEP). About school localized on the field in 2018, seven of them have target audience students of special education, totalizing twenty-three student. The results indicate that the

¹Mestra em Educação. Técnica na Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS. E-mail: rosa.alesandra@corumba.ms.gov.br.

²Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. E-mail: andressarbl@gmail.com.



special needs education of field schools in the municipality, whether in the rural settlements or at “Escolas das Águas” (riparian schools which follow an own schedule, respecting the cycle of floods and droughts in Pantanal) is carried out in precarious conditions. There is an invisibility mainly at that “Escolas das Águas” public that do not receive any service, and in the rural settlements a limited number of the students receive some kind of Special Educational Service.

Keywords: Special needs education; Field education; Educational indicators.

INTRODUÇÃO

O Brasil nos últimos anos avançou nas políticas públicas educacionais destinadas ao público-alvo da Educação Especial e isso resultou no aumento do número de matrículas desses alunos em todas as etapas da educação, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

As populações da educação do campo e da educação especial há pouco tempo tiveram seus direitos assegurados, na medida em que ambas buscam combater a discriminação e o preconceito. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, Lei 13.005/14 (BRASIL, 2014), nos seus itens referentes à Educação do Campo, mostra a importância de levar em consideração as necessidades específicas das populações do campo assegurando equidade educacional:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 2014).

Nesse contexto constatamos que as políticas para a educação do campo e da educação especial vêm sendo implementadas de forma que consideramos ainda incipiente, no sentido de garantir que seus direitos



de acesso à escola e apoio a inclusão escolar sejam efetivados, respeitando as peculiaridades de cada indivíduo, região e povo.

Relacionados às pessoas que vivem no campo e as pessoas com deficiência, a garantia do direito social à educação tem se configurado, no Brasil, até certa medida, como atuação tímida, descentrada e ambivalente de ambas as modalidades de educação: a especial e a do campo (BRUNO, NOZU; SEBÁSTIAN HEREDERO, 2016).

O histórico brasileiro para com estas duas áreas educacionais é de descaso (CAIADO, 2015): de um lado, a educação especial constituiu-se como um "apêndice indesejável" da educação comum (MAZZOTTA, 2005); por outro lado, a educação do campo é considerada um "resíduo" do sistema educacional urbano (FERNANDES, CERIOLI; CALDART, 2011).

Esta é uma temática ainda a ser mais bem explorada, no entanto há estudos que analisam a dupla exclusão dos estudantes da educação especial que vivem no campo (CAIADO; MELETTI, 2011; RABELO, 2014). Na legislação brasileira está presente o comprometimento de ampliação e qualificação da educação, em todos os níveis, para as populações do campo, caso do atual Plano Nacional da Educação, aprovado em 2014 (Art. 8º §1 inciso II; presente nas metas 1 a 9, 10, 11, 12, 14, 15 e 18).

O processo de chegada à escola dos estudantes público-alvo da educação especial marca as primeiras barreiras a serem enfrentadas, e adiante se faz necessário salvaguardar as conquistas, especialmente, das atuais políticas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas, como a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008.

Propor a interface entre a educação especial e a educação do campo não é recente na organização da educação no Brasil. Ações dos gestores públicos e da própria sociedade se tornaram tema em legislações específicas da educação do campo, conforme a Resolução CNE nº 2/2008 (BRASIL, 2008, § 5º), onde se afirma:

Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

O contexto da educação especial nas escolas do campo apresenta relevância no município de Corumbá, pelo seu cenário regional, pois se encontra localizado na região Centro-Oeste do Brasil no estado de Mato



Grosso do Sul (MS), em uma microrregião do baixo Pantanal. A cidade faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, e se encontra à beira do rio Paraguai. Corumbá possui 60% de seu território coberto pelo Pantanal (MADUREIRA, SEIXAS; VELANI 2013).

Segundo dados do IBGE (IBGE, 2018), a população estimada é de 110.806 pessoas, sendo que existe uma conurbação da cidade com mais outros três municípios: Ladário, que se encontra inscrito no município de Corumbá, e mais duas outras cidades localizadas na Bolívia: Puerto Suarez e Puerto Quijarro. Com isso, a rede urbana eleva-se para aproximadamente 150.000 pessoas. A 420 quilômetros da capital do estado, Corumbá é a quarta cidade com maior movimentação econômica, a maior cidade pantaneira do Mato Grosso do Sul (MADUREIRA; SEIXAS; VELANI, 2013).

A área do Pantanal de Corumbá está dividida em três regiões: O Alto Pantanal está localizado a aproximadamente 320 km do Porto Geral, na divisa com o estado do Mato Grosso, é formado pelas seguintes regiões: Domingos Ramos, Castelo, Ilha Verde, Paraguai Mirim, Chané, Amolar, Barra do Rio São Lourenço e região do Rio São Lourenço, com aproximadamente 198 famílias, totalizando 740 pessoas. O Médio Pantanal (Região do Taquari) localizado a aproximadamente 180 km do Porto Geral, é uma região dividida por colônias de moradores: Colônia do Cedro, Cedrinho, Colônia São Domingos, Colônia do Bracinho e Corixão com aproximadamente 220 famílias totalizando 627 pessoas. E o Baixo Pantanal localizado a aproximadamente 280 km, até a região de Forte Coimbra. É formado pelas seguintes regiões: Porto Formigueiro e Boca do Paraguai Mirim, Porto da Manga, Porto Esperança e Porto Murtinho, com aproximadamente 233 famílias, totalizando 699 pessoas (CORUMBÁ, 2015).

O acesso a esses lugares está condicionado ao período de cheia e seca constantes, assim como a permanência dos moradores. No período de cheia, uns se deslocam para casa de parentes em Corumbá, outros mudam, fazendo barracas para locais mais altos (PME, 2015).

A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CORUMBÁ-MS

A Educação Especial estava presente em alguns municípios do estado de Mato Grosso do Sul desde sua organização por meio das instituições privado-filantrópicas, classes especiais e oficinas pedagógicas em escolas estaduais. De acordo Anache (1994), com o surgimento do novo estado em 1981, o Decreto com a aprovação da



estrutura básica da Secretaria de Educação, cria a Diretoria de Educação Especial (ANACHE, 1991 apud KASSAR, 2000).

Diante desse novo desafio para educação especial, são criadas pelo governo estadual as Unidades Interdisciplinares de Atendimento Psicopedagógico (UIAPS) em 1991. A intenção era assegurar as pessoas com deficiência o acesso, ingresso e progressão na escolaridade (NERES, 1998).

No município de Corumbá, havia duas UIAPS nos núcleos educacionais, a nº 20 e nº 88, que tinham sob sua responsabilidade um número expressivo de classes especiais e salas de recursos. No entanto, pesquisa realizada em 1995 apontou que quando uma das UIAPS era procurada para realizar diagnóstico, não possuía profissional disponível para tal serviço no município, e os alunos eram encaminhados para a capital Campo Grande (ARAÚJO, 1995).

Segundo o Plano Municipal de Educação de Corumbá-MS (2007), a Educação Especial vem sendo implementada desde 1971, com o surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esta foi a primeira instituição destinada ao atendimento às pessoas com deficiência na região (CORUMBÁ, 2007).

De acordo com o documento *Política Municipal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), publicada no mesmo ano que a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), a cidade de Corumbá em 1975 inicia a primeira formação de professores na área, com o intuito de criar as primeiras classes especiais. A Escola Municipal Cyríaco Felix de Toledo foi a primeira escola, no ensino regular, em que funcionaram as primeiras classes especiais. Criou-se uma classe especial para Deficientes Mentais Educáveis (DME) e outra para alunos surdos (CORUMBÁ, 2008).

Conforme as orientações da legislação nacional, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001) menciona que os sistemas de ensino necessitavam de um setor responsável pela educação especial, sendo os serviços oferecidos de encargo compartilhado pelas áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social.

Para garantir atendimento direto aos alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação criou o Centro Multiprofissional de Apoio ao Desenvolvimento Infante Juvenil (CMADIJ), em 2004. O Centro tem como objetivo subsidiar o processo de educação inclusiva, por meio de avaliações pedagógicas com alunos e orientações aos professores e pais (CORUMBÁ, 2008). Recentemente o município publicou a Resolução nº 082 de 27 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a



organização curricular da Educação Básica do Município para o ano de 2018. Essa Resolução, em seu Título IV, traz no item sobre a educação especial na perspectiva inclusiva que:

[...] as Unidades Escolares e os Centros Municipais de Educação Infantil devem oportunizar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a inclusão em sala comum, promovendo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, e serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, por meio da flexibilização curricular e metodologia de ensino diferenciada, recursos de acessibilidade e pedagógicos adequados, processo de avaliação qualitativa, contínua e sistemática (CORUMBÁ, 2017, p. 8).

Atualmente a rede municipal conta com a atuação do professor de apoio. O professor de apoio presta atendimento especializado, auxiliando o aluno público-alvo da educação especial nas atividades pedagógicas e em seus cuidados de vida diária e de vida prática, e deve ajudá-lo somente nas atividades que não consegue realizar sozinho como ir ao banheiro, alimentação, troca de roupa e/ou fraldas e higiene pessoal.

A figura do professor de apoio no município de Corumbá já estava presente desde o ano de 2013, porém apenas no final do ano de 2017 foi publicada instrução de serviço da educação especial para vigorar no ano seguinte, em que define as atribuições desse profissional (CORUMBÁ, 2017). Com o intuito de garantir a igualdade de oportunidades, o professor de apoio é apresentado como um mediador do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que atua dentro de sala de aula em parceria com o professor regente.

Já relacionado às escolas do campo no estado de Mato Grosso do Sul a construção de uma educação do campo começou por meio de ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com outras entidades ligadas a educação (VARGAS, 2011). A partir de 1980, os educadores que estavam inseridos em movimentos sociais, buscam e criam diversos cursos de formação para os educadores de assentamentos e acampamentos. A maioria dos educadores acampados ou filhos de acampados eram leigos e buscavam se qualificar e ampliar seus conhecimentos (MOREIRA, 2010).

Os Assentamentos Rurais de Corumbá implantados em meados da década de 1980 e nos anos 1990, por meio do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) foram: Tamarineiro I (1984), Urucum (1986),



Mato Grande (1987), Taquaral (1989), Tamarineiro II (1995) e Paiolzinho (1996) (SILVA, 2015).

No município de Corumbá os primeiros educadores de algumas escolas de assentamentos, foram membros atuantes da luta pela terra e parte deles se formaram em nível médio nas décadas de 1990 e 2000 nos cursos de magistérios de férias (SILVA, 2017). Dessa forma alguns professores com a conclusão do curso de magistério, puderam prestar concurso para a rede municipal de ensino, se efetivar como professor e ser também valorizado financeiramente (VARGAS, 2011).

Os enunciados que compõem a educação no/do campo ressaltam, de um modo geral, sua caracterização, em oposição à educação rural, como uma educação feita com e pelos sujeitos do campo e não somente para o meio rural; uma educação que possui estreita relação entre a terra, o trabalho e a produção de suas existências (CALDART, 2011; MURARIM, 2011).

O *Movimento Por Uma Educação do Campo*¹ vem defendendo uma educação **no** e **do** campo:

[...] “no campo”, porque o povo tem direito de ser educado preferentemente onde vive, isto é, sem ter que submeter-se forçosamente a longos e cansativos transportes para escolas situadas em realidades, mormente, urbanas; “do campo”, porque o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Trata-se, portanto, de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo, que combine pedagogias de maneira a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria. (MUNARIM, 2011, p. 12 *apud* NOZU, 2017).

A cidade de Corumbá apresenta especificidades relacionadas às escolas do campo, pois apresenta escolas em assentamentos e ribeirinhas denominadas “Escolas das Águas”. O histórico das escolas das águas é mais recente tendo sido criadas a partir 2005, com sedes e extensões (OLIVEIRA, 2018).

1 *Movimento Por Uma Educação do Campo* é constituído por movimentos e organizações sociais, que se movem em torno da questão do campo, que assumem a luta por uma educação própria aos povos do campo. A experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e dos acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (MUNARIM, 2008, p. 59, grifo nosso).



As extensões mais antigas das escolas das águas são: Extensão Boa Esperança, fundada em 1975 na Fazenda Boa Esperança; Extensão Duque de Caxias, localizada no destacamento militar do exército brasileiro, conhecida como Porto Índio; Extensão Santa Aurélia, fundada em 1975, situada na Colônia Bracinho, Fazenda Santa Maria; Fazenda Extensão São João, criada em 1975, que se encontra na colônia São Domingos e faz parte da Fazenda Santa Irene (OLIVEIRA, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo utilizam-se técnicas de análise documental. De acordo com Vergara (1998), a pesquisa documental é realizada por meio de dados internos tanto em órgãos públicos como privados.

Realizamos o levantamento de dados, por meio dos registros oficiais da Rede Municipal de Ensino (REME) (Plano Municipal de Educação, Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Relatórios anuais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED) de Corumbá, sobre o conhecimento pautado na pesquisa para a análise da documentação que apresenta a política de inclusão educacional para os alunos do campo no município de Corumbá - MS, com recorte no Ensino Fundamental da educação básica.

Conhecer e analisar a documentação que fundamenta a política municipal de inclusão educacional consiste em algo essencial, pois permite levantar o índice de matrículas e averiguar a permanência dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas do campo.

Foi realizado levantamento dos dados estatísticos (microdados) disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por meio do Censo Escolar da Educação Básica. De acordo com o INEP, o Censo Escolar é um dos elementos estatísticos educacionais, de âmbito nacional, realizado anualmente “[...] com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país” (INEP, 2017, on-line). Meletti (2014, p. 790) esclarece:

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades coletando dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Os dados são parcialmente divulgados pelo INEP por meio das Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Além da divulgação parcial dos dados, o INEP disponibiliza os bancos de microdados sobre as escolas, as matrículas, as turmas e docentes.



Para a leitura e tratamento dos microdados foi utilizado o programa IBM SPSS *Statistics*. As categorias às quais os dados de matrículas foram agrupados são: 1. Espaço de atendimento: classe comum, classe especial e escola exclusiva. 2. Localidade: rural, urbana; 3. Dependência administrativa: estadual, municipal e privada. Quando ao número de alunos foram agrupados por: 1. Tipos de necessidades educacionais especiais. A partir destes procedimentos metodológicos, apresentamos resultados e análises sobre a configuração da educação especial em escolas do campo em Corumbá-MS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o INEP, o município de Corumbá possui 63 estabelecimentos de ensino com 53 localizados na área urbana e 12 na área rural contabilizando 28.453 matrículas. Em relação aos alunos público-alvo da educação especial, em 2017 têm-se 359 matrículas no ensino comum (MATO GROSSO DO SUL, 2017). Os dados a seguir registram a distribuição das matrículas no município entre os anos de 2007 e 2017:

Tabela 1 - Matrícula de alunos público-alvo da educação especial em Corumbá-MS (2007-2017).

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	44,9%	119	3,4%	9	51,7%	137
2008	49,1%	137	0%	0	50,9%	142
2009	48,7%	133	0%	0	51,3%	140
2010	56,2%	190	0%	0	43,8%	148
2011	59,2%	228	0%	0	40,8%	157
2012	61,3%	236	0%	0	38,7%	149
2013	59,6%	236	0%	0	40,4%	160
2014	62,2%	289	0%	0	37,8%	176
2015	67,1%	316	0%	0	32,9%	155
2016	72,4%	386	0%	0	27,6%	147
2017	73%	359	0%	0	27%	133

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Preparação: Todos Pela Educação.

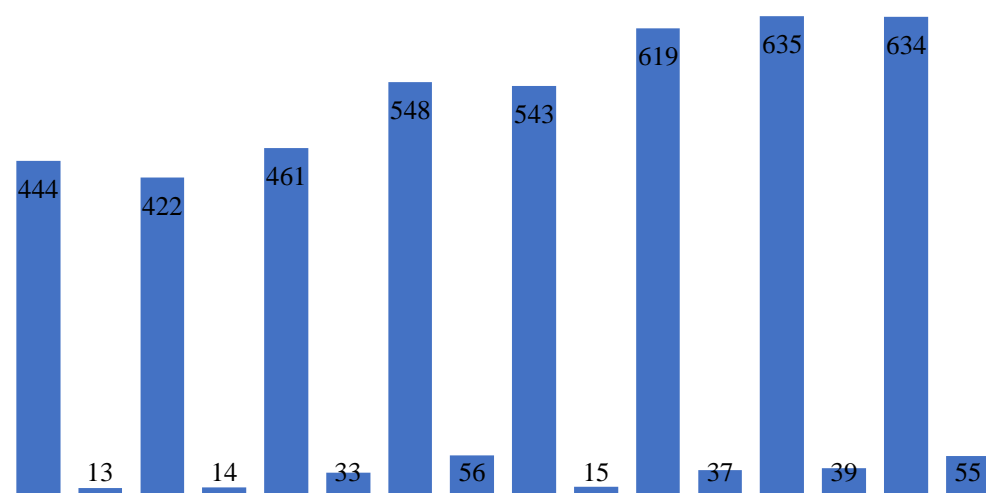


Tem-se o aumento das matrículas de alunos público-alvo da educação especial, com maior concentração nas escolas comuns. Como podemos observar em 2007 o percentual das matrículas no ensino comum em relação ao total de desse público era de 44,9% e no ano de 2017 passa a 73%, enquanto na escola exclusiva (especializada) houve um declínio do percentual de matrículas (em 2007 apresentava 51,7% do total desse público e em 2017 apenas 27%). Destaca-se o fim das classes especiais, que ainda no ano de 2007 correspondia a 3,4% do total de matrículas de alunos da educação especial.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (CORUMBÁ, 2015) objetiva-se universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica.

Conforme o Censo Escolar, o gráfico abaixo apresenta o número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial, especificando as localidades urbana e rural, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018:

Tabela 2 - Matrículas de alunos público-alvo da educação especial por localidade (Corumbá-MS)



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos microdados do INEP (2011-2018).

É importante mencionar o aumento das matrículas do público-alvo da educação especial, tanto nas escolas urbanas como nas escolas localizadas na zona rural. No entanto, as matrículas em escolas localizadas na zona rural oscilam no período.



Segundo a Secretaria Municipal de Educação (CORUMBÁ, 2017), a cidade possui 12 escolas localizadas na zona rural, sendo cinco delas localizadas na Região das Águas (ao longo do Rio Paraguai e Rio Taquari), subordinadas à escola de Porto Esperança (Distrito de Corumbá, distante 70 km da sede do município).

Nas escolas da rede municipal de ensino existem 10 (dez) salas de recursos multifuncionais, sendo 8 (oito) localizadas na área urbana e 2 (duas) na área rural, destinadas ao Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de acordo com sistema de monitoramento do Ministério de Educação.¹

Nos documentos oficiais municipais consta um total de oito salas de recursos multifuncionais (SRM). No entanto, nos relatórios do CMADIJ/SEMED, a escola CAIC-Pe. Ernesto Sassida possui 4 salas de SRMs. Ao somar essas 4 salas com o quantitativo das outras escolas totalizam 9 salas de atendimento nos dois períodos, contabilizando 22 turmas (SEMED, 2018).

A Educação Especial no município deixou de priorizar o atendimento em classes especiais atuando por meio do AEE² no contraturno escolar, previsto na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008).

A tabela seguinte relata o quantitativo de matrículas dos alunos no AEE, por dependência administrativa em Corumbá:

¹ Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/>. Acesso: 12 set. 2019.

² AEE é a sigla para Atendimento Educacional Especializado oferecido preferencialmente no ensino regular no contraturno escolar como complemento ou suplemento à escolarização comum. Conforme o Decreto nº 7.611/2011: Art 2º § 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o *caput* serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).



Tabela 3 - Matrículas de alunos no AEE por dependência administrativa e localização em Corumbá (2011-2018).

Ano	TOTAL	Dependência Administrativa			Localização	
		Estadual	Municipal	Privada	Urbana	Rural
2011	77	27	50	0	77	0
2012	64	20	44	0	64	0
2013	93	12	76	5	82	11
2014	138	7	129	2	118	20
2015	121	10	110	1	114	7
2016	143	47	96	0	130	13
2017	118	22	96	0	108	10
2018	139	27	122	0	120	19

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos microdados do Censo Escolar MEC/INEP.

As escolas da dependência administrativa municipal apresentam o maior número de matrículas de alunos matriculados no AEE. Outro número que chama a atenção é o de matrículas nos anos de 2013 a 2015 na dependência privada, pois os estabelecimentos de ensino particulares e a escola especializada não oferecem esse atendimento em SRMs. Já relacionado a localidade (urbana e rural) as matrículas no AEE nas escolas do campo começam a ser registradas no ano de 2013, totalizando 19 matrículas em 2018.

De acordo com relatório da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em 2016 e 2017 havia 22 alunos público-alvo da educação especial em escolas do campo da rede municipal e no ano 2018 tem-se um aumento para 23 alunos, com a seguinte configuração por categorias de necessidades educacionais especiais:



Tabela 4 - Número de alunos público-alvo da educação especial em escolas do campo da rede municipal de ensino de Corumbá-MS (2016-2018).

Alunos das escolas do campo	2016	2017	2018
Deficiência Auditiva	1	1	1
Deficiência Física	2	2	1
Deficiência Intelectual	12	12	13
Deficiência Múltipla	4	4	4
Síndrome de Down	1	1	1
Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade/TDAH	1	1	2
Transtorno Global do Desenvolvimento	0	0	1
TOTAL	22	22	23

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Nota: Diferentemente do Censo Escolar da Educação Básica, o documento considera Síndrome de Down e TDAH como público da educação especial.

Nesta fonte, a deficiência mais registrada é a intelectual, seguida de múltipla, física, TDAH, síndrome de Down, auditiva e transtorno global do desenvolvimento, respectivamente. Em 2018, do total de 23 alunos, 17 alunos frequentavam a sala de recursos multifuncionais (CORUMBÁ, 2018). O Atendimento Educacional Especializado destinado aos alunos das escolas do campo é realizado apenas nas duas escolas que possuem SRM. Os alunos das escolas que não possuem a SRM não têm tido a possibilidade de receber os atendimentos, devido à distância e ausência de transporte (SEMED, 2016). Portanto, os alunos das outras escolas rurais não têm recebido o atendimento especializado em SRMs.

Em relação às escolas localizadas no campo em 2018, sete delas possuem alunos público-alvo da educação especial, totalizando vinte e três alunos, sendo que três desses alunos estão em escolas das águas. Os alunos que residem nas áreas alagadas do Pantanal estão em localidades de difícil acesso, com possibilidades de ida apenas de barco. Foi evidenciada a realização de atendimento itinerante da professora da sala de recursos, que atua em dias alternados em duas escolas do campo que possuem SRM e em uma terceira escola que não possui essa sala específica, para suprir as necessidades dos alunos público-alvo da educação especial das escolas dos assentamentos (SEMED, 2018).

Outro dado relevante encontrado em documento da SEMED (CORUMBÁ, 2018) foi a figura do professor de apoio nas escolas do



campo. Em três escolas localizadas no campo havia o registro desse professor trabalhando diretamente com os alunos com deficiência, sendo que em uma das escolas com a presença desse profissional, não era realizado o atendimento educacional especializado na sala de recursos. Entende-se que esse profissional surge como um suporte de importância para o desenvolvimento escolar dos alunos público-alvo da educação especial, principalmente na escola que não recebia Atendimento Educacional Especializado no contraturno. Esses dados indicam que é preciso avançar na promoção de condições materiais objetivas para a implementação da política proposta.

As questões apresentadas acima, nos permitem conhecer a educação especial nas escolas do campo de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino e perceber diversos fatores que influenciam na garantia das políticas públicas destinadas a essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu verificar por meio dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica um aumento do índice de matrículas de alunos público-alvo da educação especial nas escolas do campo do município de Corumbá e conhecer alguns aspectos sobre a realização do Atendimento Educacional Especializado nessas escolas.

Dentro desse contexto foi possível averiguar a organização da educação especial nas escolas do campo do município de Corumbá com base nos dados do Censo Escolar e da SEMED, perceber a dificuldade encontrada para a escolarização dos alunos público-alvo da educação especial e as peculiaridades apresentadas pela região, com as escolas localizadas em assentamentos e na região das águas.

Verificamos que a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva tem alcançado as escolas do campo, mas de forma tímida e insuficiente, com dificuldades para atingir aos alunos público-alvo da educação especial. Diante do exposto, a realidade vivenciada pelos alunos da educação especial nas escolas do campo do município de Corumbá-MS não se difere das realidades encontradas em outras regiões, conforme os estudos evidenciam (FERNANDES, 2015, ANJOS, JESUS; VIEIRA, 2018, MERCÊS, OLIVEIRA, 2018).

Destacamos que este estudo teve como foco a análise de documentos e indicadores educacionais, sem a etapa de uma pesquisa de campo, que se faz imprescindível para propiciar uma visão mais abrangente das condições de escolarização desses alunos, o que pode ser empreendido em novas investigações.



Finalizamos ressaltando a necessidade de pesquisas que abordem a temática da interface educação especial e educação do campo, que possam contribuir para visibilidade deste público, visto que as condições para garantir os atendimentos nas escolas dos assentamentos e das águas são precárias e há escolas que não recebem nenhum tipo de Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS

ANJOS, C.F. JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B. Educação especial e educação do campo: narrativa que desvela possibilidades e interfaces Educação especial e educação do Campo: narrativa que desvela possibilidades e interfaces, *Dossiê interfaces entre a Educação Especial e Educação do Campo*, Paranaíba, v.9, n.27, p. 376-398, 2018, ISSN 2177-7691.

ARAUJO, V. F. *Análise das propostas de atendimento de educação especial em Mato Grosso do Sul em relação ao cotidiano das escolas em Corumbá*. Relatório final de Iniciação Científica, Corumbá, 1995.

BRASIL. CNE. CEB. *Resolução n. 2*, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 2*, de 28 de abril de 2008. *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. *Decreto nº 7.611*, de 17 novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.005* de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. 2014^a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 23 abr. 2018.



CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, p. 93-104, 2011.

CAIADO, K. R. M. Educação especial no campo: uma interface a ser construída. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). *Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar*. São Carlos: Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015. p.75-89.

CALDART R.S. *Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes. 2001.

CORUMBÁ. *Plano Municipal de Educação*. 2007.

CORUMBÁ. *Política Municipal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008.

CORUMBA (MS) Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/site/corumba/2/>. Acesso em fev.2019.

CORUMBÁ, *Relatórios educação Inclusiva*, Secretaria Municipal de Educação, 2018.

FERNANDES, A. P. C. S. *A escolarização da pessoa com eficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense*. 280 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional "Por Uma Educação Básica do Campo": texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.19-62.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2014*. Brasília, 2014.

KASSAR. M. C. *Conhecimento e análise da política de atendimento especializado ao portador de necessidades especiais no estado do Mato Grosso do Sul*. In: SENNA, E. (org.). *política educacional de Mato Grosso do sul na trajetória das políticas sociais*. Campo Grande, Ed. UFMS, 2000.

MADUREIRA, D.V., SEIXAS, I.M., VELANI, L.G. *Organizações de Fronteira em Corumbá-MS*. Projeto Conexão local 2013. Fundação Getúlio Vargas.EAESP. Disponível em:<https://pesquisa->



easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/organizacoes_de_frenteira_em_corumba-ms.pdf

MATO GROSSO DO SUL. SED. *Censo Escolar*, 2017. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/censo-escolar-6/>>. Acesso: mar., 2019.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELETTI, S. M. F. *Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, jul./set. 2014.

MERCÊS, R.S. OLIVEIRA, I. A. A educação inclusiva em escolas multisseriadas do campo na Amazônia paraense. *Dossiê interfaces entre a Educação Especial e Educação do Campo*, Paranaíba, v.9, n.27, p. 418-442, 2018 ISSN 2177-7691.

MOREIRA, J.S. *Professores do assentamento taquaral: A trajetória de luta pela terra e educação*, 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. In: MEURER, A.C. (Org.) *Dossiê: Educação no campo*. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2008. Vol. 33, nº 1. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/>. Acesso em 10.11.2018.

NERES, C. C. *História do atendimento educacional do PNE-portador de necessidades especiais em Mato Grosso do Sul*. 1998. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7120.pdf>. Acesso: 16 set. 2018.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G.; HEREDERO, E. S. Interface educação especial - educação do campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil. *Revista ibero-americana de estudos em educação*, v. 11, p. 489-502, 2016.

NOZU, Washington César Shoiti. *Educação Especial e Educação do campo: entre porteiras marginais e fronteiras culturais*. 235 fls. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.



OLIVEIRA, F. R., *Os nexos da educação integral no pantanal de Corumbá/MS: Práticas de ensino na escola Jatobazinho*. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2018.

RABELO, L. C. C.; CAIADO, K. R. M. Educação especial em escolas do campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá, PA. *Revista Cocar*, Belém, v.8, n.15, p.63-71, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>

SEMED. Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. *Relatório da Educação Especial*. 2016.

SEMED. Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. *Relatório da Educação Especial*. 2017.

SEMED. Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. *Relatório da Educação Especial*. 2018.

SILVA, R.M. *Educação do campo & educação em tempo integral nas escolas municipais rurais de educação integral Monte Azul e Eutrópia Gomes Pedroso*, 141f, Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017.

VARGAS. L.C. *Da luta pela terra em Corumbá-MS à formação dos professores leigos no assentamento taquaral*, 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal, Corumbá, 2011.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Recebido em: 17 de setembro de 2019.

Aceito em: 30 de outubro de 2019.